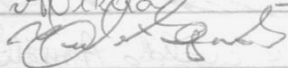
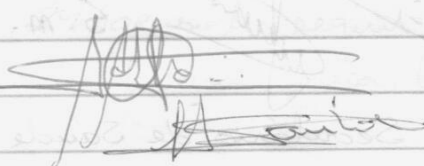
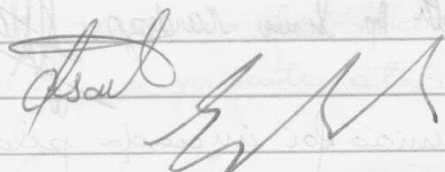


lar sobre esses cursos, disse que os mesmos deverão ter um bom respaldo, principalmente o da Vigilância Sanitária, pois o nosso Município possui um bom número de indústrias na área da alimentação, tendo a oportunidade de ter um profissional habilitado dentro da própria indústria. Foram relatados vários acontecimentos relacionados à área da Vigilância Sanitária, demonstrando a necessidade desse curso em nosso Município. A parte técnica será estudada e organizada através da Secretaria Municipal de Saúde, na pessoa da Sra. Jeanette Cardozo. As aulas serão ministradas pelas pessoas que já estão nessa área, como por exemplo, a Dra. Cleiza Esmério Pereira Silva, Antonio Garcez Novaes Neto e Ernesto Simões de Mello. Esses cursos estão previstos para início no próximo mês de março e terão a duração de 01 (um) ano, e as vagas disponíveis serão de 30 (trinta) a 40 (quarenta) vagas. Dr. Evaldo perguntou então se os representantes dos Conselhos presentes e os representantes da Vigilância Sanitária, aprovavam a realização desses cursos e os mesmos foram aprovados por unanimidade. A seguir a reunião foi encerrada e eu, Maria Adelaide Oliveira Cereza, lizei a presente ata.

Abizgo







ATA nº 35

Aos 09 (nove) dias do mês de fevereiro de 1999 (hum mil novecentos e noventa e nove), foi realizada a reunião do Conselho Municipal de Saúde, nas dependências do Salão Nobre do Centro Administrativo, com início às 20:15 horas. O Secretário de Saúde, Dr. Evaldo Américo Galhardo Sanches, iniciou a reunião explicando que a mesma é de caráter técnico, que é preciso haver até um certo sigilo, que não está autorizando ninguém a dar entrevistas ou falar sobre o assunto e que esta reunião é para tratar resolver as questões que serão apresentadas. A seguir pediu que os presentes fizessem suas auto-apresentações e isso feito, infor-

moou que todos os médicos ginecologistas e obstetras foram convidados, porém nem todos compareceram. Como o assunto a ser tratado diz respeito a partos normais e cesarianas, o Dr. Evaldo leu um artigo publicado no Diário Oficial, onde fala que o Brasil é o país campeão em cesarianas e que, no Paraná o índice é muito grande. Nesse artigo fala-se também sobre o alto custo que as cesarianas causam aos cofres públicos e sobre as causas que levam à cesariana, sendo que, tanto os profissionais, como as pacientes, têm suas culpas. Nesse artigo fala-se sobre um melhor pagamento por parte do SUS para o parto normal e que seja feita uma ampla divulgação sobre o mesmo. Fez a leitura de uma Portaria do Ministro da Saúde sobre os índices que devem ser respeitadas, ou seja, 37% (trinta e sete por cento) no primeiro semestre e 30% (trinta por cento) no segundo semestre deste ano. Dr. Evaldo leu uma relação das cesarianas e partos normais que foram realizadas nos hospitais de nosso Município, sendo que o índice de cesárias é muito superior aos partos normais. Isso não acontece só na nossa cidade; outros Municípios enfrentam o mesmo problema. Desde o ano passado, a Santa Casa tem vários procedimentos de cesárias que não consegue receber, mesmo que foram feitas antes da Portaria do Ministério da Saúde, estabelecendo parâmetros e enviou um documento à Secretaria de Saúde, informando que não fará mais cesarianas, pois não tem como receber depois e o parâmetro estipulado não tem como ser obedecido, devido a grande demanda existente. Dr. Evaldo disse que nesta reunião, temos representantes de todos os segmentos: usuários, prestadores e profissionais de saúde e que todos têm o direito de falar, dar suas opiniões e ajudar a resolver a questão. O Conselheiro, Sr. Euclides Gonçalves, leu um documento da Bipartite, onde é pedido que se faça um Fórum sobre os parâmetros exigidos e que as AHBs represadas sejam pagas. O Dr. Reinaldo Aranda, da 16ª R.S. perguntou se esses parâmetros valem só para o SUS e lhe foi respondido que não; é válido para todas, inclusive para os convênios. O Dr. Evaldo perguntou ao Dr. Abelardo, do Hospital Santa Rita e ao Dr. Ricardo Kvedu, do Hospital Regional João de Freitas, se eles estão tendo prejuízo, e os mesmos responderam afirmativamente. O Dr. Anésio Dantas, falou sobre as críticas que são feitas, dizendo que, os que criticam

não sabem nada sobre os problemas existentes. A Sra. Sônia Omfre, Secretária do Vereador Sérgio Omfre, disse que sempre é procurada na Câmara de Vereadores por pacientes que reclamam que o médico lhe falou que é preciso fazer uma cesariana e que vai custar R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), mas ela sempre incentiva essas pacientes a fazerem o parto normal. O Dr. Enéias perguntou se o médico que fizer o pré-natal de uma gestante, é obrigado a fazer seu parto e lhe foi respondido que não; essa gestante será atendida pelo médico que estiver de plantão. A Sra. Carmem Astuti Bertasso, da Ação Social, disse que também recebe reclamações, mas acha que tudo isso acontece por total falta de informação e também que ninguém sabe, por exemplo, que a Santa Casa está tendo prejuízo. Fez uma proposta de se interligar todos os serviços, para que seja feita uma grande divulgação sobre o assunto e que a médio prazo, a população fique ciente dos problemas existentes. O Dr. Abelardo disse que depois dessa resolução do S.U.S., os problemas se agravaram; o próprio profissional falava com a paciente sobre a possibilidade de haver ou não a necessidade de uma cesárea e ela ficava ciente, mas tratando-se de um parto, que é um procedimento de urgência, às vezes não há tempo de se conversar, pois durante o pré-natal, a própria paciente não sabe, não resolve, não toma nenhuma atitude quanto ao hospital onde terá seu parto realizado. Fez a proposta de que os hospitais tenham seus ambulatórios para que, no pré-natal que precisa ser aprimorado, a paciente tenha ciência do que será preciso fazer e já escolha o hospital onde será atendida. O Dr. Marcos Esmalhoto Neto, da 16ª R.S., falou sobre o "Comitê da morte materna", que é uma entidade que estuda a morte após-parto e faz um levantamento sobre as causas, se foi proveniente do parto ou não. Falou sobre estatísticas do mundo todo e do Brasil, onde o índice de cesarianas é muito alto. O Conselheiro, Sr. Reivaldo, disse que tanto o usuário como o profissional, não têm razão e por isso são alvos da imprensa. Uma paciente tem todo o direito de ser bem atendida, mas o profissional ganha muito pouco pelo SUS, e por isso cobram taxas extras,

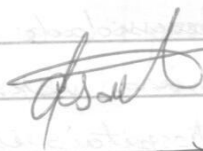
ou fazem cesarianas sem necessidade. Isso tudo acontece por falta de informações, principalmente por parte do usuário. Disse ainda que, quando um médico fala à paciente que ela terá que fazer uma cesária, para poder cobrar, deveria ser feita uma consulta à parte, por parte do SUS, para ver se realmente a cesária é necessária e, se não for, a paciente troca de médico. O Dr. Evaldo explicou que no cartão do pré-natal, existem todas as anotações e informações necessárias, para que o profissional saiba se é preciso ou não ser feita uma cesariana. Sobre as denúncias das quais se ouve falar, de que o próprio médico incentiva a sua paciente de que ela precisa fazer uma cesariana, dizendo que é melhor que o parto normal, que pode ser feito por uma enfermeira, que o preço da cesária é "X", isso é uma coação. Se alguém souber de uma paciente nessas condições, pode mandá-la na Secretaria de Saúde para falar com ele, que tomará as providências necessárias. De um modo geral, os profissionais presentes, falaram que existem pacientes que querem fazer cesária, mesmo não tendo necessidade e que eles não conseguem fazê-las pensar de outra maneira. O Dr. Abelardo disse que os medicamentos básicos usados nos hospitais estão em falta e os fornecedores dizem que não tem mesmo, mas o fato é que estão aproveitando-se da atual crise financeira, esperando a alta do dólar, para depois venderem a preço mais alto e isso precisa ser denunciado. O Dr. Ricardo Laedu, do João de Freitas, disse que a realidade não é nada boa, pois não podem deixar de atender, mesmo que falte dinheiro para o anestésico ou outro medicamento, e que o parâmetro exigido só será alcançado a longo prazo. Após mais algumas considerações, a reunião foi encerrada, sendo que compareceram as seguintes pessoas, abaixo relacionadas, que assenaram uma lista de presença que encontra-se anexo na Secretaria de Saúde: Irmã Maria Aparecida Dr. Anésio Cangussu Dantas (Stª Casa); Dr. Abelardo Araújo Moreira (Stª Rita) Dr. Ricardo Laedu e Dr. Roberto Frederico Koch (Hospital Regional João de Freitas) todos como Diretores Clínicos e Administrativos. Médicos Ginecologistas e Obstetras: Dr. Adébio Paselo; Dr. Abelardo Araújo Moreira; Dr. Alzenir Adelmo Dal Pozzo; Dr. Benedito Mariano; Dr. Roberto Kawai; Dra. Cleiza

540

Pascotini; DR. Fábio BORA; Dra. Débora Favero; Drs. Eunice Romde; DR. Enéias Peres Prado; DR. Dirceu Escolari; Dra. Patrícia, Dra. Izabel Cristina; Dr. Luiz Augusto Otaviano; DR. Reinaldo Aranda e Dr. Marcos Esmanhoto Neto da 16ª Regional de Saúde. Convidados: Carmem Astuti Bertasso; Sônia Onofre; DR. Alberto Fornazieri Neto. Do Conselho Municipal de Saúde: DR. Eivaldo Américo Galhardo Sanches; Maria Adelaide Oliveira Cixeia; Euclides Gonçalves; Antônio Alves da Silva; Antônio Martins dos Santos; Reivaldo dos Santos; Eucir Antônio Zanatta e Irmã Elza Pavão. Funcionários da SEMUS: Alzira Paulino; Cleuza Ascencio; Anastácia Acosta; Maristela Assis Chagas; Lúcia Helena Chagas; Maria Helena Bernini; Márcia Fier; Nair Machado Gomes; Cristiane Cabral; Daniele Raduan; Jeanette Cardoso e Ednalva Nicastro Menegazzo, Diretora Administrativa do Plantão 24 horas. Esta ata foi lavrada por mim, Maria Adelaide Oliveira Cixeia, Secretária do Conselho Municipal de Saúde, que também será assinada pelos demais conselheiros

Apireza

Paulo G. G. G. G.









### ATA Nº 36

Aos 13 (treze) dias do mês de abril de 1999 (um mil novecentos e noventa e nove) foi realizada a reunião do Conselho Municipal de Saúde, nas dependências da Secretaria de Saúde, com início às 20:30 horas. DR. Eivaldo, iniciou a reunião, falando sobre o cadastramento de 40 pessoas dos sem-terra e que o Posto de Saúde do Distrito de Aricanduva está à disposição desse pessoal. É preciso ter a compensação de AHS por esse atendimento. Falou também sobre o pedido de aumento do teto financeiro para procedimentos simples (suturas, retirada de gesso, etc), mas sempre respondem que não existem recursos e que não tem mais como atender certos exames por falta de recursos e que a propaganda de que o SUS atende tudo gratuitamente, só pode